

## Direcionalidade da Violência em Casais Heterossexuais

Josiane Raçera<sup>1</sup>

Livia Maria Bedin Tomasi<sup>2</sup>

Eduarda Lima de Oliveira<sup>3</sup>

Clarisse Pereira Mosmann<sup>3</sup>

Denise Falcke<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade Meridional, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>3</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

### Resumo

Ainda existem controvérsias entre pesquisas que analisam a violência cometida por homens e mulheres. O objetivo foi avaliar a direcionalidade da violência conjugal em diferentes manifestações (física, psicológica, coerção sexual e lesão corporal). Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva, da qual participaram 304 casais heterossexuais. Aplicou-se um questionário sociodemográfico e a escala *Revised Conflict Tactics Scales* (CTS2), sendo realizadas análises descritivas dos dados pelo programa estatístico SPSS 22.0. Os resultados indicaram que mais de 70% da violência psicológica ocorre de forma bidirecional e, quando se expressa de forma unidirecional, é mais cometida por mulheres. A violência física e a coerção sexual, quando unidirecionais, foram mais cometidas pelos homens. Já a lesão corporal não apresentou diferença significativa. Os casais mais velhos apresentaram mais violência unidirecional, enquanto os mais jovens praticaram mais violência bidirecional. Esses dados podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas nas situações de violência conjugal.

*Palavras-chave:* violência por parceiro íntimo; relação conjugal; direcionalidade da violência.

### Directionality of Violence in Heterosexual Couples

#### Abstract

There are still controversies between researches analyzing violence committed by men and women. The objective was to evaluate the directionality of conjugal violence in different manifestations (physical, psychological, sexual coercion and bodily injury). This is a quantitative, exploratory and descriptive, cross-sectional study, in which 304 heterosexual couples, aged between 18 and 82 years participated. It was applied a sociodemographic questionnaire and the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) and descriptive analyses of the data were performed using the SPSS 22.0 statistical program. The results indicated that more than 70% of psychological violence occurs in a bidirectional way and, when expressed in a unidirectional way, it is more committed by women. Physical violence and sexual coercion, when unidirectional, were more committed by men. As for bodily injuries, men and women scored equally. Older couples experienced more unidirectional violence, while younger couples had more bidirectional violence. These data can assist in the development of public policies in situations of conjugal violence.

*Keywords:* violence, marriage, directionality of violence.

### Direccionalidad de la Violencia en Parejas Heterossexuales

#### Resumen

Todavía existen controversias entre las investigaciones que analizan la violencia cometida por hombres y mujeres. El objetivo fue evaluar la direccionalidad de la violencia conyugal en diferentes manifestaciones (física, psicológica, coacción sexual y lesión corporal). Se trata de una investigación cuantitativa, exploratoria y descriptiva, en la que participaron 304 parejas heterossexuales. Se aplicó un cuestionario sociodemográfico y la escala *Revised Conflict Tactics Scales* (CTS2) realizando análisis descriptivos de los datos mediante el programa estadístico SPSS 22.0. Los resultados indicaron que más del 70% de la violencia psicológica ocurre de forma bidireccional y, cuando se expresa de forma unidireccional, es más cometida por mujeres. La violencia física y la coacción sexual, cuando eran unidireccionales, eran más cometidas por hombres. Por otro lado, las lesiones corporales no mostraron diferencias significativas. Las parejas mayores experimentaron más violencia unidireccional, mientras que las parejas más jóvenes practicaron más violencia bidireccional. Estos datos pueden ayudar en el desarrollo de políticas públicas en situaciones de violencia conyugal.

*Palabras clave:* violencia, matrimonio, direccionalidad de la violencia.

### Introdução

A violência conjugal pode afetar diferentes populações, classes sociais, faixas etárias e/ou econômicas

(Bittar & Nakano, 2011) e sua incidência, considerando as diferentes formas de manifestação, em especial a violência psicológica, pode superar índices de até 70% nos casais (Falcke, Boeckel, & Wagner, 2017). O Brasil

ocupa a quinta posição entre os países com maiores taxas de homicídios de mulheres, conforme pesquisa apresentada pelo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015) e pelo menos 29% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência, segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (Cerqueira et al., 2017).

As pesquisas sobre violência conjugal ganharam destaque a partir da segunda metade do século XX com as denúncias do movimento feminista, que pretendia dar visibilidade à violência de gênero (Oddera, 2016). Uma das consequências para os estudos de violência conjugal foi a inclusão, por pesquisadores, da categoria gênero como um novo paradigma de análise, passando a considerar a unidirecionalidade e a assimetria de gênero a partir da perspectiva de homens agressores e mulheres vítimas, visando compreender as diferenças de poder na perpetração e vitimização da violência conjugal, especialmente quanto à intensidade da violência (Chan, 2012; Conceição, Bolsoni, Lindner, & Coelho, 2018).

A violência é considerada assimétrica quando existe dominação de um cônjuge sobre o outro, geralmente do homem sobre a mulher. Nos casos em que o homem e a mulher assumem papel de agressores, com a mesma intensidade, identifica-se a violência como simétrica. Além disso, há uma terminologia que indica a direcionalidade da violência: unidirecional é quando somente um membro é perpetrador (homem para mulher ou mulher para homem), ou bidirecional, em que as atitudes violentas partem do homem e da mulher concomitantemente, embora possam apresentar intensidade e consequências diferentes (Gómez & Montesino, 2014).

Os pesquisadores norte-americanos Johnson, Leone e Xu (2014) propuseram uma tipologia para o fenômeno da violência que é atrelada à teoria feminista e dividida em quatro subtipos: 1) terrorismo íntimo, definição que indica quando um parceiro utiliza-se de táticas de controle coercitivo para assumir o comando sobre o outro, sendo principalmente encontrado em relações heterossexuais e perpetrado por homens; 2) resistência à violência, considerado uma consequência do primeiro, caracteriza-se como uma resposta ao controle coercitivo do parceiro, sendo geralmente exercido por mulheres; 3) violência conjugal situacional, refere-se àquela agressão que surge em um contexto específico de conflitos e, em escalada, evolui da forma verbal para a física, podendo haver simetria entre homens e mulheres agredindo e sendo agredidos; 4) controle violento mútuo, indica um padrão em que marido e esposa estão

controlando e violentando, numa situação que poderia ser percebida como dois terroristas íntimos em uma luta por controle (Johnson, Leone, & Xu, 2014).

Os autores também investigaram quantitativamente uma amostra não clínica de ex-cônjuges, composta por 8.005 homens e 8.000 mulheres, a fim de identificar se existem diferenças entre a violência conjugal situacional e o terrorismo íntimo. Os dados revelaram que o terrorismo íntimo é mais perpetrado por homens, porém não exclusivamente – 22% de perpetração da violência dos ex-maridos e 5,4% de ex-esposas. Quanto à violência situacional, foi mais igualmente perpetrada por homens e mulheres, com índices de 7,4% para os ex-maridos e 3,9% para as ex-esposas. (Johnson et al., 2014).

Buscando testar as previsões dessa teoria a respeito do controle masculino na violência conjugal, Bates, Graham-Kevan e Archer (2014) avaliaram 706 mulheres e 398 homens, estudantes e norte-americanos, não encontrando diferenças no comportamento conforme o gênero, pois a violência física foi cometida por ambos os gêneros. Além de destacarem a importância do contexto da agressão, e não somente uma perspectiva de gênero, os autores não confirmaram, nesse estudo, a tipologia de Johnson et al. (2014) de que as mulheres sofrem mais violência e são mais controladas pelo parceiro íntimo.

A associação entre gênero e violência, portanto, precisa atentar para as causas e consequências da violência. Os estudos de gênero sugerem que os efeitos negativos da violência conjugal não são iguais, e que as mulheres sofrem desproporcionalmente mais que os homens, principalmente em termos de lesões, medo e estresse pós-traumático (Sillito, 2012). Um estudo norte-americano buscou avaliar as diferenças de gênero no risco de reincidência de violência por parceiro íntimo e prisão por violência (Gerstenberger & Williams, 2013) com uma amostra de 1.593 homens e 562 mulheres. Os resultados apontaram para homens cometendo mais violência conjugal (73,92%) em relação às mulheres (26,08%). No que diz respeito à violência sexual, em geral, os homens (7,8%) foram mais propensos a cometer violência sexual do que as mulheres (5,9%). Esse dado também é reportado no estudo de Lövestad e Krantz (2012), com 173 homens e 251 mulheres suecos, no qual elas relataram sofrer mais coerção sexual. Contudo, mais homens (11%) do que mulheres (8%) relataram exposição à agressão física no último ano.

Padrões diádicos na violência conjugal e mudanças ocorridas ao longo do casamento foram investigados

em 634 casais oriundos dos EUA (Leonard, Winters, Kearns-Bodkin, Homish, & Kubiak, 2014). A análise revelou que a maioria (57%) dos casais agressivos foi classificada nos grupos de gênero assimétrico, porém a maioria dos agrupamentos assimétricos tornou-se simétrica com o passar do tempo. Esses resultados indicaram que, no início da relação, tende a existir um padrão assimétrico na forma de resolução de conflitos, sendo as lesões mais experimentadas pelas mulheres. Contudo, a violência pode tornar-se uma estratégia utilizada por ambos os parceiros, que assumem padrões relacionais semelhantes para a resolução de seus conflitos.

Ainda que muitos estudos revelem a assimetria de gênero nas manifestações de violência, outros destacam que as mulheres podem perpetrar violência tanto quanto os homens (Falcke et al., 2017; Montesino & Gomez, 2018). Essa compreensão pode ser atribuída ao fato de que as mulheres, ao buscarem por direitos igualitários, sentem-se mais empoderadas em seus relacionamentos (Fincham, Cui, Gordon, & Ueno, 2013). Além disso, dados apontam que elas, muitas vezes, podem iniciar a agressão, desinibindo essa atitude nos homens, existindo evidências empíricas sobre a perpetração de violência pelas mulheres como preditora da perpetração de seus parceiros (Straus, 2012). Chan (2012) realizou uma pesquisa com 1.870 homens e 1.870 mulheres chineses e os resultados revelaram simetria de gênero na perpetração e vitimização da violência conjugal.

Pesquisa de âmbito nacional (Falcke et al., 2017) encontrou em 751 casais pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul índices elevados de violência, que foram de 1,9% de coerção sexual até 83,9% de violência psicológica cometidas por mulheres. As autoras encontraram diferença significativa na coerção sexual menor cometida pelos homens e na agressão psicológica menor e grave cometida predominantemente pelas mulheres, enquanto, na variável violência física, não foi encontrada diferença significativa conforme o gênero. Além disso, os resultados demonstraram que a renda e o tempo de relacionamento estiveram associados a diferentes dimensões da violência conjugal. Devido aos dados de violência mútua, os resultados diferem das tradicionais perspectivas de gênero.

Embora as mulheres tenham maior atenção social e política nos casos de violência conjugal, os homens não devem ter seu sofrimento minimizado quando agredidos (Cezario, Fonseca, Lopes, & Lourenço, 2015). Saffioti (2001) pontua que as distinções feitas entre homens e mulheres (vítimas e agressores) não são benéficas para a busca de relações mais igualitárias,

mencionando que “na posição vitimista não há espaço para se resignificarem as relações de poder” (Saffioti, 2001, p. 125).

Ao encontro disso, existem premissas que sugerem que as intervenções nos casos de violência por parceiro íntimo exigem maior sensibilização tanto na compreensão da sua dinâmica, como das consequências. Afirmar que determinada violência ocorre de uma única forma está suscetível à condução de práticas de intervenções enviesadas. Portanto, a preocupação central é pensar na saúde psíquica dos cônjuges, e não em encontrar vítimas e/ou culpados (Razera, Gaspodini, & Falcke, 2017). Novos modelos de intervenção precisam ser mais abrangentes, analisando questões relacionadas ao afeto, às crenças, ao significado e ao comportamento, além de investigações sobre o passado dos cônjuges (Brown, 2012; Moura et al., 2020)

Frente ao exposto, o objetivo deste estudo é avaliar a direcionalidade da violência conjugal, considerando suas formas de manifestação (física, psicológica, coerção sexual e lesão corporal). Acredita-se que, com isso, será possível colaborar para uma compreensão mais precisa sobre a violência na conjugalidade, contribuindo para a formulação de políticas públicas direcionadas às idiosincrasias dos casais.

## Método

### *Delineamento*

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva de corte transversal. Esse modelo de estudo visa caracterizar determinados grupos de pessoas e, a partir disso, especificar características importantes de um determinado fenômeno (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013), sendo aqui pesquisado o da violência conjugal.

### *Participantes*

Participaram 304 casais heterossexuais, cujos cônjuges tivessem idade superior a 18 anos, encontrassem-se em um casamento oficial, união estável ou coabitando, por um período mínimo de seis meses (critério definido *a priori*, pois estima-se que a partir de seis meses os parceiros já puderam estabelecer um padrão de relacionamento conjugal). A amostra foi selecionada pelo critério de conveniência a partir da indicação de conhecidos e por sugestão dos próprios participantes, constituindo assim uma amostragem por “bola de neve” (Biernacki & Walford, 1981; Creswell, 2010).

Com relação à situação conjugal, 55,6% dos homens e 54,9% das mulheres encontravam-se casados oficialmente (a diferença nos percentuais ocorre porque duas participantes não responderam a questão), enquanto que 44,4% dos homens e 44,1% das mulheres indicaram que estavam morando junto ou em união estável (uma participante não respondeu a questão). Do total, 77,6% dos homens e 83,2% das mulheres não tiveram casamentos anteriores. A maioria dos homens (66,4%) e das mulheres (66,1%) possui filhos, sendo estes da relação atual ou anterior. Com relação à escolaridade, a maioria dos homens tinha cursado ensino médio (37,8%) e 38,5% das mulheres possuía, na época da entrevista, ensino superior em andamento. Apenas 12,2% dos homens e 17,8% das mulheres não exerciam alguma atividade remunerada. Com relação à idade dos participantes, a média de idade das mulheres foi de 37,72 ( $DP = 12,55$ ) variando de 18 a 81 anos, enquanto a idade dos homens foi de 40,01 ( $DP = 12,75$ ), variando de 18 a 82 anos, e 36,8% das mulheres e 24,3% dos homens referiram já ter feito psicoterapia. O tempo de relacionamento variou entre um ano e 56 anos ( $M = 14,30$ ;  $DP = 11,09$ ).

#### *Instrumentos*

- a) **Questionário de dados sociodemográficos:** 19 questões permitem levantar os dados dos participantes, como gênero, faixa etária, escolaridade, remuneração pessoal, religião, situação conjugal e tempo de união, se possuem filhos e quantos, se conviveram na infância com os pais biológicos, bem como a situação conjugal dos pais e se já realizaram algum tipo de psicoterapia.
- b) **Revised Conflict Tactics Scales (CTS2):** Concebida por Straus, Hamby, Boney-McCoy e Sugarman (1996) e adaptada ao português por Moraes, Hasselmann e Reichenheim (2002), constitui-se em uma ferramenta voltada à identificação de violência em relações conjugais, bem como num instrumental de aferição a ser aplicado em pesquisa (Moraes et al., 2002). Suas 78 questões fechadas buscam avaliar ações do(a) respondente e do(a) seu(ua) companheiro(a), a partir de cinco subescalas: negociação, agressão psicológica, violência física, lesão corporal e coerção sexual.

Nas classificações do instrumento, as dimensões de violência são apresentadas como menor e grave,

considerando a intensidade dos atos violentos. A violência física menor é apresentada pelo autor como empurrar, agarrar, dar tapa, jogar objeto, torcer o braço e puxar o cabelo; a grave refere-se a dar soco, bater, chutar, jogar contra a parede, queimar ou escaldar, usar faca ou arma de fogo. A agressão psicológica menor constitui-se em insultar, xingar, gritar, ameaçar jogar algo contra o outro ou virar as costas em meio a uma briga; a agressão psicológica grave, por sua vez, diz respeito a ofensas, como chamar de feio, gordo, “ruim de cama” e destruir objeto pessoal do companheiro. A coerção sexual menor refere-se à insistência em fazer sexo, sem utilização de força física e/ou obrigar a ter relações sem preservativo ou a fazer sexo oral ou anal com o companheiro; a coerção sexual grave diz respeito às mesmas ações de ameaças utilizando força física e armas para coagir o parceiro a fazer sexo. A lesão corporal menor ocorre quando há torção, contusão, mancha roxa, pequeno corte ou dores no corpo que durem até o dia seguinte em decorrência de uma briga; a lesão corporal grave refere-se à necessidade de buscar auxílio médico após uma briga ou ocorrência de desmaio e quebra de algum osso do corpo. A dimensão negociação não será considerada no presente estudo, pelo foco nas dimensões de violência.

O instrumento é apresentado em um modelo *checklist*, autoaplicável, em que o respondente assinala as respostas conforme a frequência das situações apontadas (Moraes et al., 2002). No que tange os resultados, Straus, Hamby, Boney-McCoy e Sugarman (1996) sugerem diferentes possibilidades, que vão desde simples escores apontando a violência conjugal (sofrida e/ou cometida) no caso de uma resposta positiva em cada um dos itens, até escores mais complexos indicados pela frequência das situações apontadas. Com relação à consistência interna, a escala apresenta um coeficiente alfa de Cronbach de 0,79 para perpetração e 0,80 para vitimização da violência (Straus et al., 1996). Em estudos nacionais, o alfa das subescalas da CTS2 variou entre 0,79 e 0,95 (Bolze, Crepaldi, Schmidt, & Vieira, 2013) que podem ser considerados, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), valores muito bons.

#### *Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados*

Essa pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob protocolo 11/129 na data de 27 de novembro de 2011, seguiu as recomendações éticas para a realização de estudos com seres humanos, de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A participação dos casais ficou sujeita à

assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), permanecendo as identidades dos participantes em sigilo.

A pesquisa aconteceu na residência dos casais ou em locais que eles indicavam como mais adequado. Os instrumentos foram aplicados no casal, concomitantemente, sem que tivessem acesso às respostas um do outro, evitando assim a contaminação das respostas individuais e garantido a independência delas. Os casais demoraram em média 60 minutos para responder os instrumentos.

#### *Procedimentos de Análise de Dados*

Os dados foram analisados a partir de estatísticas descritivas, por meio de frequências e percentuais, com o auxílio do programa SPSS versão 22.0. Considerando que os dados de violência não apresentam distribuição normal, a comparação entre os grupos relacionados à direcionalidade de violência conjugal foi realizada com testes de associação, sendo utilizado o teste de qui-quadrado para verificar a associação entre os tipos de violência e a direcionalidade nos casais (sofrida e/ou cometida).

Para as análises comparativas entre os grupos definidos pela direcionalidade da violência e as variáveis sociodemográficas (idade, situação conjugal, escolaridade, se os cônjuges exerciam atividade remunerada, renda pessoal, tempo com o (a) atual companheiro (a), se tiveram casamento anterior, se possuíam filhos, religiosidade e se os cônjuges já fizeram algum tipo de psicoterapia) foi utilizado o teste H de Kruskal-Wallis ou qui-quadrado para as variáveis dicotômicas. Foi considerado como alfa o valor de significância de  $p < 0,05$ .

### **Resultados**

Para a avaliação da experiência de violência cometida pela díade, foram criados quatro grupos, incluindo

aqueles que não reportaram sofrimento ou prática de violência: a) casal sem violência: díades nas quais o marido e a esposa marcaram “nunca” para todas as questões de violência em cada dimensão; b) bidirecional: díades nas quais o homem e a mulher apresentam algum valor na soma da violência cometida; c) unidirecional feminina (cometida pela mulher): díades nas quais a mulher apresentou violência e o resultado de violência para o homem foi igual a zero; d) unidirecional masculina (cometida pelo homem): díades nas quais o homem apresentou violência e o resultado de violência para a mulher foi igual a zero. A frequência e a porcentagem de ocorrência de violência em cada grupo constam na Tabela 1.

Os resultados indicam que mais de 70% da violência psicológica cometida nos casais ocorre de forma bidirecional e, quando unidirecional, os resultados são maiores para as mulheres. No caso da violência física, predominam os casais que responderam não cometer violência, seguida de casais em que a violência é cometida de forma bidirecional. Quando unidirecional, a violência física foi mais cometida pelos homens. No que tange a coerção sexual, menos de 5% dos casais pontuaram como bidirecional, havendo uma predominância dos achados para a coerção sexual unidirecional cometida por homens. A lesão corporal foi pontuada por pouco mais de 10% dos casais participantes, apenas 2,6% dos casais cometeram de forma bidirecional e tanto homens quanto mulheres pontuaram da mesma forma, considerando a expressão unidirecional. Cabe ressaltar que os índices apresentados contemplam as categorias menor e grave.

Considerando-se somente os casais com violência, conforme apresenta a Figura 1, não houve diferença significativa na distribuição entre os grupos nos casos de violência física ( $\chi^2 = 5,71; p = 0,057$ ) e lesão corporal ( $\chi^2 = 1,47; p = 0,479$ ). Observa-se que para a dimensão violência física quase alcançou-se a significância. Já nos casos de agressão psicológica ( $\chi^2 = 274,75; p <$

Tabela 1.

*Descrição dos Casais Conforme Vivências ou não de Violência (n/%)*

|                      | Casal sem violência | Bidirecional | Unidirecional feminina | Unidirecional masculina |
|----------------------|---------------------|--------------|------------------------|-------------------------|
| Agressão Psicológica | 31 (10,2)           | 220 (72,4)   | 31 (10,2)              | 22 (7,2)                |
| Violência Física     | 199 (65,5)          | 45 (14,8)    | 25 (8,2)               | 35 (11,5)               |
| Coerção Sexual       | 202 (66,4)          | 14 (4,6)     | 17 (5,6)               | 71 (23,4)               |
| Lesão Corporal       | 270 (88,8)          | 8 (2,6)      | 13 (4,3)               | 13 (4,3)                |

0,001) e coerção sexual ( $\chi^2 = 60,52$ ;  $p < 0,001$ ), a diferença entre os grupos foi significativa, sendo que, para coerção sexual predominou a expressão unidirecional masculina e, para violência psicológica, destacou-se a violência bidirecional.

Além disso, foram realizadas análises comparativas entre os grupos definidos pela direcionalidade da violência, considerando variáveis sociodemográficas (idade, situação conjugal, escolaridade, se os cônjuges exerciam atividade remunerada, renda pessoal, tempo com o(a) atual companheiro(a), se tiveram casamento anterior, se possuíam filhos, religião e se os cônjuges já fizeram algum tipo de psicoterapia).

Conforme dados apresentados na Tabela 2, em relação à dimensão de violência física, a idade e renda pessoal do homem e da mulher, foram as variáveis que diferenciaram os grupos. De forma geral, percebeu-se que os casais que vivenciam violência unidirecional masculina possuem mais idade, enquanto os que vivenciam violência bidirecional apresentam menos idade. Ainda na dimensão violência física, verificou-se que o grupo com maior renda, tanto do esposo como da esposa, foi o que vivencia preponderantemente violência unidirecional masculina.

As demais variáveis sociodemográficas não se diferenciaram nos grupos ( $p > 0,05$ ). Além disso, para as dimensões violência psicológica, coerção sexual e lesão corporal nenhuma variável apresentou diferença significativa entre os grupos ( $p > 0,05$ ).

## Discussão

O objetivo deste estudo foi avaliar a direcionalidade da violência conjugal, considerando as diferentes formas de sua manifestação (física, psicológica, coerção sexual e lesão corporal). Os resultados encontrados, além de revelarem as referidas formas, identificaram que, em determinados tipos de violência, especialmente a psicológica, preponderou a bidirecionalidade nos casais, demonstrando a possível coparticipação de ambos os cônjuges. Os índices apontados corroboram uma pesquisa nacional anterior que destaca a agressão psicológica como a mais frequente nas relações (Falcke et al., 2017) – apenas 10,2% dos casais pesquisados responderam que não agredem seus parceiros psicologicamente; os quase 90% da outra parcela indicou que, em situações de conflitos, utiliza-se de estratégias disfuncionais, como gritos, xingamentos e humilhações.

O referido resultado é um alerta porque, como se sabe, as consequências da violência psicológica para a saúde mental podem ser graves (Albuquerque, Parente, Belém, & Garcia, 2016; Hildebrand, Celeri, Morcillo, & Zanolli, 2015), além do fato de que a violência psicológica pode desencadear outras formas de agressão. A naturalização dessa forma de violência nos relacionamentos conjugais, muitas vezes, identificada como um padrão de resolução de conflitos desenvolvido pelos cônjuges ao longo do tempo, bem como uma possibilidade de repetição de padrões de relacionamento

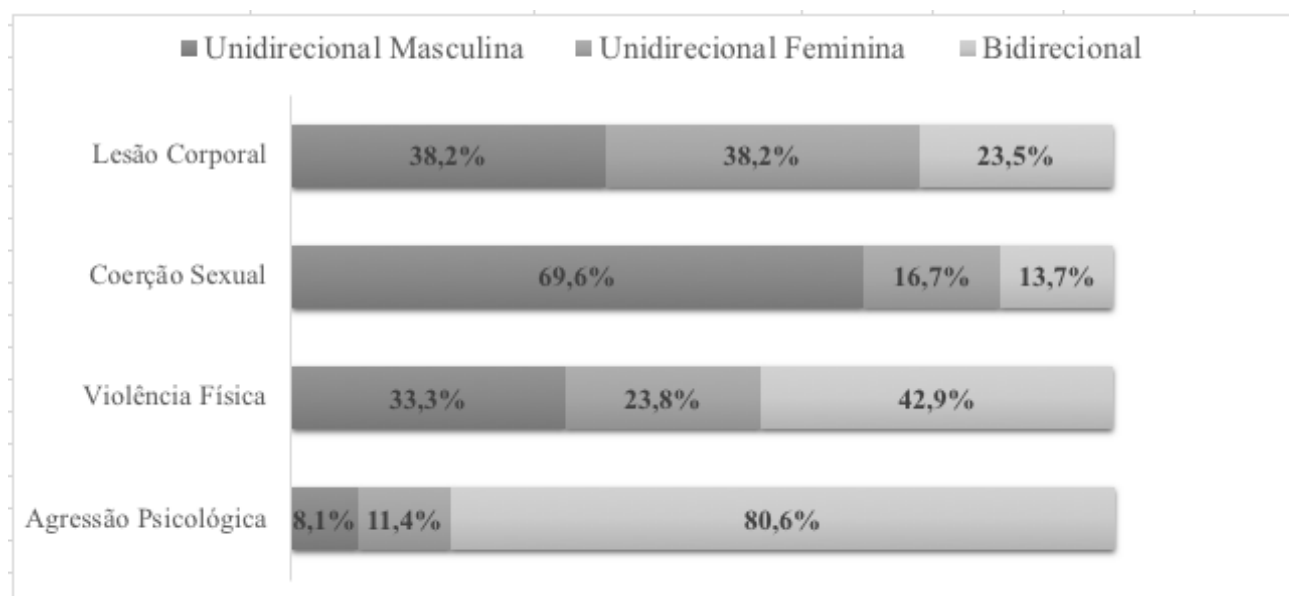


Figura 1. Distribuição da ocorrência de violência conforme a direcionalidade.

Tabela 2.  
*Comparação entre Grupos com Relação à Direcionalidade na Violência Física (CTS2)*

| Variáveis Sociodemográficas | Direcionalidade da Violência   | Média de Postos | <i>H<sub>a</sub></i> | <i>p</i> |
|-----------------------------|--------------------------------|-----------------|----------------------|----------|
| Idade do esposo             | <b>Unidirecional masculina</b> | <b>162,01</b>   | 7,86                 | 0,049    |
|                             | Unidirecional feminina         | 159,18          |                      |          |
|                             | Casal sem violência            | 157,62          |                      |          |
|                             | Bidirecional                   | 118,76          |                      |          |
| Renda pessoal do esposo     | <b>Unidirecional masculina</b> | <b>182,59</b>   | 18,45                | 0,001    |
|                             | Casal sem violência            | 157,74          |                      |          |
|                             | Unidirecional feminina         | 155,52          |                      |          |
|                             | Bidirecional                   | 104,24          |                      |          |
| Idade da esposa             | <b>Unidirecional masculina</b> | <b>168,74</b>   | 9,78                 | 0,020    |
|                             | Casal sem violência            | 157,85          |                      |          |
|                             | Unidirecional feminina         | 153,26          |                      |          |
|                             | Bidirecional                   | 115,80          |                      |          |
| Renda pessoal da esposa     | <b>Unidirecional masculina</b> | <b>171,53</b>   | 10,27                | 0,016    |
|                             | Casal sem violência            | 158,85          |                      |          |
|                             | Unidirecional feminina         | 136,78          |                      |          |
|                             | Bidirecional                   | 118,37          |                      |          |

*a*H de Kruskal-Wallis

intergeracional, encobre a nocividade do comportamento violento (Colossi, Marasca, & Falcke, 2015; Razera & Falcke, 2017). De modo geral, a naturalização da violência contribui para que os casais não a reconheçam, não busquem auxílio para resolução, nem sequer denunciem as práticas violentas sofridas (Moura et al., 2020; Paixão et al., 2018).

A violência psicológica se estabelece de tal forma que, em muitos casos, a própria vítima tem dúvidas sobre veracidade ou ocorrência dos fatos. O alerta para as relações acometidas pela violência, reforça o quão sensível pode ser o seu reconhecimento, já que pode ocorrer por meio de omissões, ofensas, provocações, opressão entre outros. Esse estilo de resolução de conflitos pode gerar consequências psicológicas graves, como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, fobia social, ataques de pânico, sendo que essas patologias podem manifestar-se juntamente com alguma comorbidade (Lourenço & Costa, 2020; Queiroz & Cunha, 2018).

Nos casais em que a violência psicológica ocorreu de forma unidirecional, identificou-se que as mulheres cometeram mais que os homens, corroborando dados de estudos prévios (Breckenridge, J., Yang, & Poon, 2019; Carlyle, Scarduzio, & Slater, 2014; Colossi et al., 2015; Falcke et al., 2017). Estudos apontam que os

poucos relatos de homens vítimas de violência ocorrem por baixa procura aos serviços de saúde por parte deles, motivados pela vergonha em expor a agressão sofrida, assim como pelo fato dos serviços de proteção e prevenção à violência estarem mais voltados ao sexo feminino. Embora a Lei Maria da Penha possa ser usada em defesa do homem, essa ação é pouco praticada, o que indica a importância de assistência a vítimas e aos perpetradores com o intuito de prevenir e reduzir esse tipo de violência também contra os homens (Cezario et al., 2015; Melo & Garcia, 2017).

No mesmo sentido, predominou a unidirecionalidade masculina, com a variável coerção sexual também corroborando achados de Chan (2012). Aqui retoma-se a discussão de gênero, principalmente em relação aos aspectos sociais e culturais que levam homens e mulheres a assumirem determinadas posições, considerando que o não cumprimento desses papéis também pode ser gerador de sofrimento (Krishnan et al., 2012). Esses padrões podem se refletir na conjugalidade e, em especial, nas formas de expressão de violência, nas quais observou-se mais coerção sexual masculina e agressão psicológica feminina.

Situações fisicamente mais graves, como a lesão corporal, tiveram menor frequência nos casais aqui abordados e não foram identificadas diferenças com relação

ao gênero do(a) agressor(a), o que indica que, dependendo como o conflito e a violência se estabelecem, homens e mulheres assumem o papel de autores desse tipo de violência (Straus, 2012). Na mesma direção, a violência física também ocorreu preponderantemente de maneira bidirecional nos casais que a vivenciam, promovendo reflexões acerca do paradigma de que as mulheres ocupariam apenas a condição de vítimas (Colossi et al., 2015). Para Stets e Straus (2017), tem sido comum encontrar diferenças de gênero quando as pesquisas são realizadas com amostras clínicas, ao passo que as mesmas diferenças não são percebidas em amostras não clínicas, revelando a singularidade da expressão da violência em cada casal e indicando a nocividade de estereótipos que consideram previamente homens somente como agressores e mulheres unicamente como vítimas.

Na comparação dos grupos constituídos conforme a direcionalidade de violência, considerando as variáveis sociodemográficas, observa-se que a violência bidirecional foi cometida por casais com menor faixa etária, revelando que as relações mais jovens estão construindo seus relacionamentos de modo menos hierarquizado, embora, nesse caso, também com características disfuncionais. Percebe-se uma mudança, principalmente no que diz respeito às mulheres e o espaço ocupado por elas nos ambientes profissional e familiar nas últimas décadas. Assim, os comportamentos vinculados ao empoderamento podem modificar inclusive as estratégias de resolução dos conflitos conjugais pelas gerações mais jovens (Fincham et al., 2013).

O outro aspecto sociodemográfico significativo foi a renda associada à violência cometida pelos homens, indicando a ligação do dinheiro a aspectos de poder nas relações e até ao exercício da violência conjugal (Colossi et al., 2015). No caso das mulheres, a maior renda também revela maior violência unidirecional perpetrada pelo companheiro, o que pode ser explicado pela tentativa de resgatar seu lugar de poder por meio da força, já que muitas vezes a violência cometida pelos homens trata-se ainda de um reflexo do sentimento de posse e dominação masculina (Acosta, Gomes, Fonseca, & Gomes, 2015).

Nos casais investigados, os aspectos ligados à escolaridade, situação conjugal, religião e ter ou não filhos não se mostraram significativos em relação às situações de violência, desmistificando determinados estereótipos da violência e reiterando a impossibilidade de associar sua ocorrência conforme a classe social ou escolaridade, pois é um fenômeno que pode se manifestar nos mais

diversos contextos. O fato de estar fazendo ou ter feito psicoterapia tampouco foi estatisticamente significativo na comparação entre os grupos, indicando que ainda existem controvérsias sobre como tratar as situações de violência conjugal na literatura e entre especialistas (Razera, Gaspodini, de Oliveira, Neis, & Falcke, 2018) que se questionam acerca da melhor forma de conduzir esses casos, muitas vezes encaminhando os pacientes para outros profissionais, o que pode impactar os resultados das intervenções.

As situações de violência mobilizam uma reflexão em torno da preparação dos profissionais e da rede de apoio aos envolvidos. Em alguns casos, o relato da violência ocorre como consequência da psicoterapia, muitas não sendo o motivo pela busca por auxílio psicológico (Hermel & Drehmer, 2017). Ao tratar-se de atendimento e detecção da violência, identifica-se com maior facilidade a ocorrência de violência física, percebendo-a por meio de exames e avaliações direcionadas a outros objetivos. Contudo, para outras formas de agressão, é possível que muitos profissionais se sintam despreparados, o que indica a necessidade de uma melhor orientação aos profissionais que trabalham com a saúde e de implantação de políticas públicas (Gomes et al., 2013; Rolim & Falcke, 2017).

Embora a violência seja um fenômeno antigo, muitos questionamentos ainda não foram esgotados pela ciência, como, por exemplo, ciclo vital familiar, condições sociodemográficas, bem como o manejo e intervenção da referida problemática. Porém, sabe-se que os resquícios de uma história social e cultural que mantém distinção entre gêneros não serão excluídos facilmente das relações humanas, sendo latente os reflexos do modelo patriarcal de dominação masculina e vitimização feminina. Contudo, os resultados aqui encontrados reforçam que diferentes comportamentos estão sendo assumidos na conjugalidade, inclusive em situações de violência.

### Considerações Finais

Este artigo permite retomar e clarear conceitos importantes para a compreensão da violência conjugal, que possui diferentes formas de leitura, inclusive a partir da multiplicidade da direcionalidade da violência, como aqui proposto. Muitas pesquisas dirigem-se aos cônjuges classificando-os como vítimas ou agressores e esses estereótipos podem inferir que algumas pessoas estão destinadas a ocupar um papel fixo e determinado na relação conjugal. A vida a dois, como qualquer outra



etapa do ciclo vital, é dinâmica e, conforme o momento de vida dos cônjuges e a forma com que o conflito se estabelece, os cônjuges podem assumir diferentes papéis na conjugalidade.

Os resultados evidenciaram índices elevados de violência bidirecional, especialmente no caso da agressão psicológica. A referida violência tem se apresentado de forma muito frequente nas relações e preocupa o fato de que comumente é naturalizada pela sociedade de um modo geral, mas que tem potencial nocivo à saúde dos envolvidos. Outro dado relevante é a evidência de que casais mais jovens têm cometido mais violência bidirecional, quando comparados com casais em que os cônjuges são mais velhos, levando à consideração de que os lugares ocupados pelos cônjuges nas relações também estão se modificando. A pesquisa, que contou com mais de 300 casais, além de instrumentalizar pesquisadores e profissionais da área, pode auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para prevenção e/ou intervenção nas situações de violência conjugal.

Como limitação, acredita-se que, por se tratar de uma coleta de dados não randomizada, as características sociodemográficas dos participantes poderiam ser mais heterogêneas, reforçando o argumento de que a violência é um fenômeno que pode acometer diferentes realidades. Sugere-se que estudos futuros investiguem diferentes amostras além de casais não clínicos, bem como considerem cortes longitudinais para mensurar as possíveis mudanças nas expressões da violência dos casais ao longo do tempo, auxiliando na sustentação de evidências quanto as consequências que a violência pode promover na relação e na vida dos sujeitos envolvidos.

### Referências

- Acosta, D. F., Gomes, V. L. de O., Fonseca, A. D. da, & Gomes, G. C. (2015). Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in)visibilidade do problema. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24(1), 121-127. doi:10.1590/0104-07072015001770013
- Albuquerque, G. A., Parente, J. S., Belém, J. M., & Garcia, C. D. L. (2016). Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em Debate*, 40(109), 100-111. doi:10.1590/0103-1104201610908
- Bates, E. A., Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2014). Testing predictions from the male control theory of men's partner violence. *Aggressive Behavior*, 40(1), 42-55. doi:10.1002/ab.21499
- Biernacki, P., & Waldford, D. (1981). Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163. doi:10.1177/004912418101000205
- Bittar, D. B., & Nakano, A. M. S. (2011). Violência intrafamiliar: Análise da história de vida de mães agressoras e tóxico dependentes no contexto da família de origem. *Texto and Contexto Enfermagem*, 20(1), 17-24. doi:10.1590/S0104-07072011000100002
- Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., Schmidt, B., & Vieira, M. L. (2013). Relacionamento Conjugal e Táticas de Resolução de Conflito entre Casais. *Atualidades em Psicologia*, 27(114), 71-85.
- Breckenridge, J., Yang, T., & Poon, A. W. C. (2019). Is gender important? Victimization and perpetration of intimate partner violence in mainland China. *Health & social care in the community*, 27(1), 31-42. doi:10.1111/hsc.12572
- Brown, J. (2012). Male Perpetrators, the Gender Symmetry Debate, and the Rejection-Abuse Cycle Implications for Treatment. *American journal of men's health*, 6(4), 331-343. doi:10.1177/1557988312439404
- Carlyle, K. E., Scarduzio, J. A., & Slater, M. D. (2014). Media portrayals of female perpetrators of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(13), 2394-2417. doi:10.1177/0886260513520231
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. D. S. (2017). *Atlas da violência 2017*. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Rio de Janeiro.
- Cezario, A. C. F., Fonseca, D. S., Lopes, N. D. C., & Lourenço, L. M. (2015). Violência entre parceiros íntimos: Uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. *Temas em Psicologia*, 23(3), 565-575. doi:10.9788/tp2015.3.04
- Chan, K. L. (2012). Gender symmetry in the self-reporting of intimate partner violence. *Journal of interpersonal violence*, 27(2), 263-286. doi:10.1177/0886260511416463
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De geração em geração: A violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502. doi:10.15448/1980-8623.2015.4.20979

- Conceição, T. B., Bolsoni, C. C., Lindner, S. R., & Coelho, E. B. S. (2018). Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(11), 3597-3607. doi:10.1590/1413-812320182311.23902016
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed, Porto Alegre.
- Falcke, D., Boeckel, M. G., & Wagner, A. (2017). Violência conjugal: Mapeamento do fenômeno no Rio Grande do Sul. *Psico*, 48(2), 120-129. doi:10.15448/1980-8623.2017.2.25148
- Fincham, F. D., Cui, M., Gordon, M., & Ueno, K. (2013). What comes before why: Specifying the phenomenon of intimate partner violence. *Journal of Marriage and Family*, 75(2), 319-324. doi:10.1111/jomf.12000
- Gerstenberger, C. B., & Williams, K. R. (2013). Gender and intimate partner violence: Does dual arrest reveal gender symmetry or asymmetry? *Journal of Interpersonal Violence*, 28(8), 1561-1578. doi:10.1177/0886260512468325
- Gomes, N. P., Silveira, Y. M., Diniz, N. M. F., Paixão, G. P. do N., Camargo, L. C., & Gomes, N. R. (2013). Identificação da violência na relação conjugal a partir da estratégia saúde da família. *Texto & Contexto Enfermagem*, 22(3), 789-796. doi:10.1590/s0104-07072013000300027
- Gómez, J. L. G., & Montesino, M. L. C. (2014). Prevalence of psychological and physical intimate partner aggression in Madrid (Spain): A dyadic analysis. *Psicothema*, 26(3), 343-348. doi:10.7334/psiothema2013.262
- Hermel, J. S., & Drehmer, L. B. R. (2017). Repercussões da violência intrafamiliar: Um estudo com mulheres em acompanhamento psicológico. *Psicologia Argumento*, 31(74), 437-446. doi:10.7213/psicol.argum.31.074.DS07
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221. doi: 10.1590/1678-7153.201528201
- Johnson, M. P., Leone, J. M., & Xu, Y. (2014). Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence against women*, 20(2), 186-207. doi:10.1177/1077801214521324
- Krishnan, S., Vohra, D., De Walque, D., Medlin, C., Nathan, R., & Dow, W. H. (2012). Tanzanian couples' perspectives on gender equity, relationship power, and intimate partner violence: Findings from the RESPECT study. *AIDS Research and Treatment*, 2012, 1-9. doi:10.1155/2012/187890
- Leonard, K. E., Winters, J. J., Kearns-Bodkin, J. N., Homish, G. G., & Kubiak, A. J. (2014). Dyadic patterns of intimate partner violence in early marriage. *Psychology of Violence*, 4(4), 384-398. doi:10.1037/a0037483
- Lourenço, L. M., & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18. doi:10.36298/gerais2020130109
- Lövestad, S., & Krantz, G. (2012). Men's and women's exposure and perpetration of partner violence: An epidemiological study from Sweden. *BMC Public Health*, 12(1), 1471-2458. doi:10.1186/1471-2458-12-945
- Melo, A. C. M., & Garcia, L. P. (2017). atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: Diferenças entre sexos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(4), 1333-1341. doi:10.1590/1413-81232017224.10992015
- Montesino, M. L. C., & Gomez, J. L. G. (2018). Agreement on reporting acts of aggression in couples in a community sample. *Psicothema*, 30(2), 189-194. doi:10.7334/psicothema2017.113
- Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., & Reichenheim, M. E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento "Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)" utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 163-76. doi:10.1590/S0102-311X2002000100017
- Moura, J. Q., Bordini, T. C. P. M., Ennes, J. V., Kuceira, M. F., Krindges, C., & Habigzang, L. F. (2020). Homens autores de violência contra mulher: Um estudo descritivo. *Contextos Clínicos*, 13(1), 174-197. doi:10.4013/ctc.2020.131.09
- Oddera, M. G. (2016). Aportes para pensar la violencia en la familia: Luces y sombras del discurso feminista. *Quaderns de psicologia*, 18(3), 27-42. doi:10.5565/rev/qpsicologia.1356
- Paixão, G. P. N., Pereira, A., Gomes, N. P., Souza, A. R., Estrela, F. M., ... Silva, F. U. R. P. (2018). *Psico-USF, Bragança Paulista, v. 27, n. 3, p. 527-538, jul./set. 2022*

- Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: Percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(1), 178- 84. doi:10.1590/0034-7167-2016-0475
- Queiroz, R. A., & Cunha, T. A. R. (2018). A violência psicológica sofrida pelas mulheres: Invisibilidade e memória. *Revista NUPEM*, 10(20), 86-95.
- Razera, J., & Falcke, D. (2017). Por que eles permanecem juntos? Contribuições para a permanência em relacionamentos íntimos com violência. *Psicologia Clínica*, 29(3), 543-562.
- Razera, J., Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2017). Intimate Partner Violence and Gender A/Symmetry: An Integrative Literature Review. *Psico-USF*, 22(3), 401-412. doi:10.1590/1413-82712017220302
- Razera, J., Gaspodini, I. B., de Oliveira, E. L., Neis, L. F., & Falcke, D. (2018). Terapia de Casal em Contextos de Violência Conjugal: revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 11(2), 107-205. doi:10.4013/ctc.2018.112.05
- Rolim, K. I., & Falcke, D. (2017). Violência conjugal, políticas públicas e rede de atendimento: Percepção de Psicólogos (as). *Psicologia Ciência e Profissão*, 37(4), 939-955.
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. doi:10.1590/S0104-83332001000100007
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5ª ed.). São Paulo: Mc Graw Hill.
- Sillito, C. (2012). Gendered physical & emotional health consequences of situational couple violence for heterosexual married & cohabiting couples. *Feminist Criminology*, 7(4) 255-281. doi:10.1177/1557085111431695
- Stets, J. E., & Straus, M. A. (2017). Gender differences in reporting marital violence and its medical and psychological consequences. In *Physical violence in American families* (pp. 151-166). Routledge.
- Straus, M. A. (2012). Blaming the messenger for the bad news about partner violence by women: The methodological, theoretical, and value basis of the purported invalidity of the Conflict Tactics Scales. *Behavioral Sciences & the Law*, 30(5), 538-556. doi:10.1002/bsl.2023
- Straus, M. A., Hamby, S., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D.B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales-CTS2: Development and Preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. doi:10.1177/019251396017003001
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Flasco.

Recebido em: 28/09/2020  
 Reformulado em: 07/03/2021  
 Aprovado em: 20/05/2021

Sobre as autoras:

**Josiane Razera** é Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente é coordenadora e professora do curso de Psicologia da Faculdade Meridional (IMED - Passo Fundo/RS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7378-5337>

*E-mail:* josiane.razera@imed.edu.br

**Lívia Maria Bedin Tomasi** é Doutora em Psicologia e professora adjunta do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7472-2255>

*E-mail:* liviabedin@gmail.com

**Eduarda Lima de Oliveira** é Psicóloga e mestranda em Psicologia pela da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – São Leopoldo/RS) e integrante do Núcleo de Estudos de Família e Violência (NEFAV).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3612-8498>

*E-mail:* dulimaoliv@gmail.com

**Clarisse Pereira Mosmann** é Doutora em Psicologia e atualmente Coordenadora Executiva do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – São Leopoldo/RS). Coordena o Núcleo de Estudos em Casais e Famílias (NECAF) investigando na área de Psicologia Familiar.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9275-1105>

*E-mail:* clarissepm@unisinos.br

**Denise Falcke** é Doutora em Psicologia e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – São Leopoldo/RS). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Família e Violência (NEFAV).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4653-1216>

*E-mail:* dfalcke@unisinos.br

Contato com as autoras:

Rua Sen. Pinheiro, 304, Vila Rodrigues  
Passo Fundo-RS, Brasil  
CEP: 99070-220